

No campo dos direitos humanos e das liberdades civis são vários os temas que buscaremos enfrentar. O combate à homofobia, por exemplo, tem grande importância. Os ataques homofóbicos têm sido cada vez mais frequentes e a luta por direitos, como o casamento civil igualitário, ganha força principalmente junto à juventude.

O combate ao racismo também se fortaleceu nos últimos anos. O racismo que existe nas relações da sociedade brasileira vai além dos episódios mais gritantes que hora ou outra chama à atenção da opinião pública, ele está presente no cotidiano da população. A sociedade brasileira é composta na sua maioria por negras e negros nos impondo o desafio urgente de combater o racismo, erradicar as diferenças e a apartação existentes que levam um segmento tão amplo da sociedade a ser excluído de boa parte dos direitos.

A violência contra as mulheres, seus direitos sexuais e reprodutivos, as mortes absurdas fruto da criminalização do aborto e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho também devem ser temas centrais em nosso governo. Por isso, a campanha do PSOL será porta-voz da

luta contra os retrocessos conservadores que almejam aprovar o Estatuto do Nascituro e dificultar o atendimento às vítimas de violência sexual. Devemos defender a legalização do aborto, a exemplo do que foi feito no Uruguai, o que diminuiu radicalmente os casos de morte das mulheres em decorrência do aborto clandestino.

Um governo do PSOL teria a coragem que outros não tiveram de avançar na democratização dos meios de comunicação. A quebra dos oligopólios midiáticos e sua política de voz única terá atenção especial, com ênfase para o fim da propriedade cruzada dos meios de comunicação. Nosso incentivo será para instrumentos de comunicação alternativos, como rádios e TVs comunitárias, e aos meios públicos de mídia. Além disso, daremos ênfase para o controle social da mídia, com instrumentos de participação popular.

Quanto à segurança pública, iremos promover uma mudança radical no atual sistema brasileiro, assegurando outro papel para a polícia que não a de repressão aos mais pobres, preparando os trabalhadores da segurança para coibir os crimes promovidos por quadrilhas especializadas. Além disso, batalhar por uma efetiva valorização dos policiais, bombeiros e demais profissionais, tal como algumas proposições previstas nas Propostas de Emenda Constitucional 51 e 300. E também garantir o direito à sindicalização e à greve.

A segurança deve ser entendida como um direito social fundamental. Não é possível pensar em democratizar nossa sociedade sem golpear um dos aspectos mais brutais da política do aparelho de Estado: a utilização de polícias militares como instrumento de genocídio contra a população pobre e de criminalização de suas lutas sociais, para manutenção dos interesses das elites. Por isso, o PSOL defende a desmilitarização e a unificação das polícias.

Devemos lembrar que o Brasil é o quarto país do mundo em população carcerária, atrás apenas dos EUA, Rússia e China. Levantamento feito pelo Instituto Avante Brasil, com dados do InfoPen, do Ministério da Justiça, apontou um crescimento de 508,8% na população carcerária brasileira no período de 1990 a 2012. E quem são estes presos? No ano de 2012 os pardos e negros eram ampla maioria. Também era maioria os que têm o Ensino Fundamental Incompleto. Os jovens também eram maioria: quase 30% tinha entre 18 e 24 anos e 25,3% entre 25 e 29 anos. Neste contexto, o comércio ilícito de entorpecentes aparece em segundo lugar de incidência (atrás dos crimes patrimoniais) atingindo 24,43% da população carcerária em geral, e no que diz respeito à população carcerária feminina, é a principal causa de encarceramento, atingido 49,65% das presas.

Nos presídios, lugar reservado aos indivíduos considerados “descartáveis” pelo Estado até hoje, reina a barbárie, como vimos de forma mais aguda no Maranhão. A sociedade se chocou com a violência em Pedrinhas, mas é hora de refletir por que se chegou a este extremo. É hora de parar o clamor por encarceramento e aumentar o clamor por direitos.

Neste sentido apresentamos um conjunto de propostas que começa apontando para o fim da chamada guerra às drogas. Esta guerra é hoje o mais poderoso instrumento de criminalização da pobreza e de instigação ao racismo. A morte de Amarildo, Cláudia e DG, dentre tantos outros, também é resultado da guerra às drogas. Ela legitima a violência e as violações aos direitos humanos cometidas pelo próprio Estado contra os pobres. Muito embora insuficiente do ponto de vista da desestruturação do tráfico e de todas as suas consequências, a descriminalização da maconha é um inegável passo adiante. O Uruguai é o primeiro país da

América Latina a legalizar o uso, plantio e venda da maconha. O consumo já não era mais crime há muitos anos e a principal preocupação do governo foi impedir o narcotráfico de seguir dominando o mercado. Este é o caminho que queremos seguir.

**Agradecimentos:**

*Este documento não teria sido possível sem as elaborações de Reinaldo Gonçalves, César Benjamin, Maria Lúcia Fatorelli, Chico Alencar e Guilherme Estrella. A eles, os sinceros agradecimentos do Partido Socialismo e Liberdade.*